

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	71
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74
--	----

Motivos de Reapresentação	75
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.622
Preferenciais	17.080
Total	26.702
Em Tesouraria	
Ordinárias	16
Preferenciais	0
Total	16

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	41.908	164.650
1.01	Ativo Circulante	22.317	23.043
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	177	760
1.01.03	Contas a Receber	51	52
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	51	52
1.01.06	Tributos a Recuperar	179	179
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179	179
1.01.07	Despesas Antecipadas	483	625
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	19.591	141.607
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.337	20.281
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.319	1.680
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.018	18.601
1.02.02	Investimentos	23	120.966
1.02.02.01	Participações Societárias	23	120.966
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	120.943
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	231	360
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	231	360

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	41.908	164.650
2.01	Passivo Circulante	9.984	23.913
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	397	383
2.01.01.01	Obrigações Sociais	115	111
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	282	272
2.01.02	Fornecedores	338	1.719
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	338	1.719
2.01.03	Obrigações Fiscais	77	63
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	77	63
2.01.05	Outras Obrigações	9.172	21.748
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.066	2.183
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	6.066	2.183
2.01.05.02	Outros	3.106	19.565
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	5.832
2.02	Passivo Não Circulante	13.344	19.831
2.02.02	Outras Obrigações	3.444	11.634
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.027	0
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.027	0
2.02.02.02	Outros	2.417	11.634
2.02.03	Tributos Diferidos	6.558	4.586
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.558	4.586
2.02.04	Provisões	3.342	3.611
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.342	3.611
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.930	3.246
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	412	365
2.03	Patrimônio Líquido	18.580	120.906
2.03.01	Capital Social Realizado	282.999	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	15.329	5.311
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.311
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	11.401	-233
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.634	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-302.428	-178.450
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	11.279

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.836	-125.809	-65.376	-100.574
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-516	-3.676	-1.025	-3.390
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.524	20.525	246	277
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-124	-216	-176	-797
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.048	-142.442	-64.421	-96.664
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.836	-125.809	-65.376	-100.574
3.06	Resultado Financeiro	5.429	5.324	-8	-125
3.06.01	Receitas Financeiras	5.676	5.984	220	785
3.06.02	Despesas Financeiras	-247	-660	-228	-910
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.265	-120.485	-65.384	-100.699
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.881	-1.881	0	0
3.08.02	Diferido	-1.881	-1.881	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.384	-122.366	-65.384	-100.699
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	160	-1.612	-1.218	-2.240
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	160	-1.612	-1.218	-2.240
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.544	-123.978	-66.602	-102.939
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	11.544	-123.978	-66.602	-102.939
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	984	547
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.544	-123.978	-65.618	-102.392

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.464	-6.849
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.729	-2.701
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-735	-4.148
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.871	7.062
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-583	213
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	760	11
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	177	224

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.018	11.634	0	0	21.652
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18	0	0	0	18
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-123.978	0	-123.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-123.978	0	-123.978
5.07	Saldos Finais	282.999	15.096	11.634	-302.428	11.279	18.580

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	55	0	0	0	55
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	55	0	0	0	55
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-102.939	547	-102.392
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-102.939	0	-102.939
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	547	547
5.07	Saldos Finais	282.999	5.066	123.280	-102.939	11.279	319.685

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	20.683	277
7.01.02	Outras Receitas	20.535	277
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	148	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.730	-947
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.730	-947
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.953	-670
7.04	Retenções	-1.741	-3.034
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-129	-794
7.04.02	Outras	-1.612	-2.240
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.212	-3.704
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-136.458	-95.879
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-142.442	-96.664
7.06.02	Receitas Financeiras	5.984	785
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-119.246	-99.583
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-119.246	-99.583
7.08.01	Pessoal	1.635	2.034
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.049	1.452
7.08.01.02	Benefícios	153	105
7.08.01.03	F.G.T.S.	1	-14
7.08.01.04	Outros	432	491
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.484	536
7.08.02.01	Federais	2.097	213
7.08.02.03	Municipais	387	323
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	613	786
7.08.03.01	Juros	303	571
7.08.03.03	Outras	310	215
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-123.978	-102.939
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-123.978	-102.939

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	937.906	978.674
1.01	Ativo Circulante	302.419	483.634
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.970	95.423
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	6
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	6
1.01.03	Contas a Receber	51.694	91.185
1.01.03.01	Clientes	27.704	57.685
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.990	33.500
1.01.04	Estoques	124.660	174.851
1.01.06	Tributos a Recuperar	86.451	97.976
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	86.451	97.976
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.217	2.766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	635.487	495.040
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	228.108	240.488
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.701	2.483
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	226.407	238.005
1.02.02	Investimentos	149	23
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	23	23
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	126	0
1.02.03	Imobilizado	334.683	51.584
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	41.854	51.584
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	292.808	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	21	0
1.02.04	Intangível	72.547	202.945
1.02.04.01	Intangíveis	72.547	202.945

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	937.906	978.674
2.01	Passivo Circulante	244.429	800.036
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.369	13.514
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.281	6.111
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.088	7.403
2.01.02	Fornecedores	79.214	549.324
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	76.984	545.385
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.230	3.939
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.555	6.823
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.866	1.749
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.645	5.067
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	44	7
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.362	154.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.300	154.468
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8.300	154.468
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	44.062	0
2.01.05	Outras Obrigações	86.675	71.587
2.01.05.02	Outros	86.675	71.587
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	5.832
2.01.06	Provisões	3.254	4.320
2.01.06.02	Outras Provisões	3.254	4.320
2.02	Passivo Não Circulante	674.897	57.720
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	411.488	18.403
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	141.270	18.403
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	141.270	18.403
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	270.218	0
2.02.02	Outras Obrigações	196.439	17.924
2.02.02.02	Outros	196.439	17.924
2.02.03	Tributos Diferidos	52.045	4.586
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	52.045	4.586
2.02.04	Provisões	14.925	16.807
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.925	16.807
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.223	3.210
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.990	11.564
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.712	2.033
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	18.580	120.918
2.03.01	Capital Social Realizado	282.999	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	15.329	5.311
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.311
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	11.401	-233
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.634	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-302.428	-178.450
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	11.279
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	12

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	152.663	513.252	310.388	1.245.324
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-97.812	-364.257	-229.173	-876.751
3.03	Resultado Bruto	54.851	148.995	81.215	368.573
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-262.549	-468.139	-139.198	-449.628
3.04.01	Despesas com Vendas	-63.729	-171.963	-99.573	-344.179
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.091	-94.383	-30.786	-79.141
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.716	11.340	3.306	11.220
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-168.445	-213.133	-12.145	-37.528
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-207.698	-319.144	-57.983	-81.055
3.06	Resultado Financeiro	266.449	244.134	-14.360	-42.324
3.06.01	Receitas Financeiras	293.657	296.098	-199	17.553
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.208	-51.964	-14.161	-59.877
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	58.751	-75.010	-72.343	-123.379
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-47.368	-47.368	6.954	22.672
3.08.02	Diferido	-47.368	-47.368	6.954	22.672
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.383	-122.378	-65.389	-100.707
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	160	-1.612	-1.218	-2.240
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	160	-1.612	-1.218	-2.240
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.543	-123.990	-66.607	-102.947
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.544	-123.978	-66.602	-102.939
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1	-12	-5	-8
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	17.260	-118.273	-66.607	-102.947
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	984	547
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	17.260	-118.273	-65.623	-102.400
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.261	-118.261	-65.618	-102.392
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1	-12	-5	-8

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.113	185.789
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-136.898	-43.995
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	138.011	229.784
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.122	-84.035
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-70.444	-154.902
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-78.453	-53.148
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.423	68.943
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.970	15.795

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906	12	120.918
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906	12	120.918
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.018	11.634	0	0	21.652	0	21.652
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18	0	0	0	18	0	18
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-123.978	0	-123.978	-12	-123.990
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-123.978	0	-123.978	-12	-123.990
5.07	Saldos Finais	282.999	15.096	11.634	-302.428	11.279	18.580	0	18.580

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022	36	422.058
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022	36	422.058
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	55	0	0	0	55	0	55
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	55	0	0	0	55	0	55
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-102.939	547	-102.392	-8	-102.400
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-102.939	0	-102.939	-8	-102.947
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	547	547	0	547
5.07	Saldos Finais	282.999	5.066	123.280	-102.939	11.279	319.685	28	319.713

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	563.827	1.338.294
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	534.694	1.333.522
7.01.02	Outras Receitas	31.853	16.469
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.720	-11.697
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-697.580	-1.172.407
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-375.045	-936.368
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-237.350	-235.826
7.02.04	Outros	-85.185	-213
7.03	Valor Adicionado Bruto	-133.753	165.887
7.04	Retenções	-63.796	-29.593
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62.184	-27.353
7.04.02	Outras	-1.612	-2.240
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-197.549	136.294
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	296.098	3.957
7.06.02	Receitas Financeiras	296.098	3.957
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	98.549	140.251
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	98.549	140.251
7.08.01	Pessoal	98.637	131.653
7.08.01.01	Remuneração Direta	58.993	82.004
7.08.01.02	Benefícios	20.555	26.005
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.442	7.972
7.08.01.04	Outros	10.647	15.672
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	69.979	20.665
7.08.02.01	Federais	55.511	-14.176
7.08.02.02	Estaduais	9.444	28.367
7.08.02.03	Municipais	5.024	6.474
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	53.923	90.880
7.08.03.01	Juros	42.677	37.079
7.08.03.02	Aluguéis	2.812	44.899
7.08.03.03	Outras	8.434	8.902
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-123.990	-102.947
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-123.978	-102.939
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-12	-8

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o terceiro trimestre (3T19) e primeiros nove meses de 2019 (9M19).

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao terceiro trimestre (3T19) e primeiros nove meses de 2019 (9M19) comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

Processo de Recuperação Judicial

A Companhia ajuizou, em nov/18, pedido de recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com o objetivo de reorganizar as obrigações junto aos seus credores. Optamos por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação do passivo da Saraiva, e, deste modo, garantir a perenidade da operação.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do país no campo econômico com repercussão significativa nas operações da Companhia e responde, em boa parte, pelo pedido de recuperação judicial.

A Companhia adotou, nos últimos anos, várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e, com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação conquistando, no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, e no segmento de Volta as Aulas. Outras medidas emergenciais foram realizadas no início de nov/18, na construção de um plano de reestruturação visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento, as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários, a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito, entre outros eventos relevantes para a operação, como a relevante queda de faturamento gerado por problemas na implementação do novo sistema interno de gestão, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Em decorrência do agravamento dessa situação, julgamos que a apresentação do pedido de recuperação judicial era a medida mais adequada no contexto da crise no mercado editorial, reflexo do cenário econômico do país. O objetivo da operação é proteger o caixa, fazendo com que a Companhia retome sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Companhia intensificou as negociações com seus principais credores tendo como objetivo estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os

Comentário do Desempenho

interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do plano de recuperação judicial, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios.

O plano de recuperação judicial foi aprovado em ago/19 e homologado em set/19, com aprovação de mais de 80% dos credores. Durante o processo de aprovação do Plano, além das medidas citadas voltadas à perenidade da Companhia, a Saraiva se aproximou de seus parceiros e se mostrou aberta ao diálogo, reunindo-se com seus mais diversos credores para chegar a uma proposta que equilibrasse os interesses do mercado e permitisse a sua recuperação.

A aprovação do Plano de Recuperação Judicial prevê, ainda, a reestruturação das lideranças, especificamente, o cargo de CEO e do Conselho de Administração, que ficarão submetidos às regras pré-estabelecidas no plano acima referido, mas sempre seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa sem acarretar nenhum ônus aos atuais acionistas da Companhia. Após a contratação de uma empresa especializada na seleção de executivos e de um plano interno na Companhia para atrair gestores com ampla experiência, no último dia 11 de novembro de 2019, durante Assembleia Geral de Credores, foram indicados os nomes ao Conselho de Administração, que serão submetidos à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas.

Mensagem da Administração

Durante os primeiros nove meses do ano o resultado da Companhia, devido à fatores como descontinuidade de produtos de Tecnologia, problemas sistêmicos em nossa plataforma de e-commerce, entre outros, ficou aquém do esperado gerando uma queima de caixa acima de nossas expectativas. No entanto, estamos fazendo os ajustes necessários para reverter o cenário negativo e garantir a perenidade da Companhia. Estamos atuando em cada ponto de atenção e estabelecendo medidas que já começaram a surtir efeitos na operação da Companhia. Neste quesito, pode-se destacar as iniciativas abaixo, que terão forte impacto positivo no decorrer dos próximos períodos:

- **Abastecimento de produtos:** Ao longo do ano a Companhia celebrou aditivo contratual com fornecedores garantindo a retomada do abastecimento de produtos, inclusive em consignação. Com esta ação, a Companhia possui contratos ativos com fornecedores que representaram grande parte da venda de livros estimada, e que garantem uma parcela do abastecimento e do sortimento nos próximos meses. Além disso, no processo de aprovação do Plano de Recuperação Judicial, 84% dos fornecedores de produtos essenciais à manutenção das atividades da Companhia assinaram o Termo de Credor Fornecedor Incentivador, recebendo direito ao Bônus de Subscrição da Companhia mediante a manutenção/renovação dos contratos existentes de fornecimento de produtos.
- **Readequação do mix de produtos:** Descontinuamos as categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro, como Tecnologia, incluindo os itens de Informática (excluindo acessórios de menor porte), Telefonia (excluindo acessórios de menor porte), Assistência Técnica e Aventura e Lazer. As categorias de Tecnologia consumiam 44% do Capital de Giro da Companhia, mas contribuía apenas com 18% do Lucro Bruto e 5% da Margem de Contribuição, prejudicando nossa rentabilidade. Durante o terceiro trimestre de 2019, onde ainda temos alguns impactos negativos de categorias descontinuadas, nossa margem bruta ajustada aumentou em 13,5 p.p., e temos a expectativa de manter nossas margens no patamar atual, que ficam em linha com o Plano de Recuperação Judicial apresentado.
- **Reestruturação do Parque de Lojas:** Priorizando unidades de maior rentabilidade com EBITDA maior que 5,0%, continuamos reestruturando nosso parque de lojas, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e

Comentário do Desempenho

que não se adequam ao novo mix de produtos da Companhia. No período, evoluímos na negociação com Shoppings, onde, por meio de parcerias, podemos otimizar o espaço das unidades. Em linha com o que vem sendo debatido com diversos *stakeholders* estamos, ainda, definindo um novo modelo padronizado de atendimento da Saraiva, com foco na experiência do cliente e na conversão em vendas.

- **Priorização da Rentabilidade por meio de maiores margens no e-commerce:** Durante o terceiro trimestre de 2019 a Companhia passou trabalhar com uma estratégia de priorização da rentabilidade no canal online. Com a estratégia, a Saraiva tem um faturamento menor no canal, porém com maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição.
- **Migração da Plataforma de e-commerce:** Até ago/19 as vendas em nossa plataforma, uma das mais relevantes no país que cobre todo o território nacional, foram impactadas negativamente por instabilidades em nosso e-commerce, e alcançaram um desempenho abaixo de nossas expectativas. Visando mitigar as inconsistências do e-commerce, implementamos, em ago/19, uma nova plataforma, com sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado anteriormente, que está contribuindo para melhora na performance e aumento da taxa de conversão do site. Essa nova plataforma otimiza, ainda, o processo de inclusão de parceiros em nosso marketplace próprio, onde continuaremos ofertando as categorias de produtos de Tecnologia, que incluem itens como Telefonia e Informática. Nosso marketplace próprio, onde as lojas parceiras vendem e tem oportunidade de expor seus produtos para os visitantes de nosso site, opera por meio de metodologia ágil, e faz parte da estratégia da Saraiva para proporcionar uma experiência completa aos nossos clientes com uma maior variedade e diversidade de produtos e serviços, que conversam e complementam o nosso DNA. Em set/19, 20% do faturamento de nosso canal de e-commerce foi gerado via Marketplace In, que teve um crescimento de quase 100% em relação aos meses anteriores a implementação da nova plataforma.
- **Redução de despesas operacionais:** O plano de reestruturação, iniciado em nov/18, vem apresentando reflexos importantes em 2019, onde observamos uma redução superior a 25% nas despesas recorrentes em relação ao mesmo período de 2018, demonstrando o potencial sucesso no processo de recuperação. Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia, em sua busca contínua por ganhos adicionais de rentabilidade, realizou mais uma rodada de reestruturação que envolveu redução do quadro de funcionários em todas as unidades de negócio, revisão de contratos, redução do custo de ocupação, entre outras. A estimativa é que essas medidas gerem uma redução adicional de, aproximadamente, R\$ 40 milhões em despesas em 2020.
- **Liberação de recebíveis:** A Companhia concluiu, em mar/19, a negociação com o Banco Itaú para a liberação de R\$ 31,0 milhões em recebíveis de cartão de crédito que garantiam os pagamentos de operações financeiras, viabilizando o acesso a boa parte do faturamento.
- **Imagem consolidada e liderança de mercado:** Mesmo com os impactos sentidos pelas sucessivas crises, a Companhia mantém sua imagem fortalecida e a liderança em alguns segmentos do mercado livreiro, evidenciada pelo sucesso nas negociações com fornecedores da categoria de livros, que prezam pelo sucesso da Saraiva no processo de recuperação judicial.
- **Perfil Omnichannel:** A operação da Companhia, entre Lojas Físicas e o Online, possui grande Sinergia. O cliente multicanal tem um comportamento de gasto médio no ano 197% maior que em loja e 270% maior que em site, resultante de uma frequência maior 2,3 vezes x loja e 3 vezes em comparação ao site.

Mobilizamos todos os esforços para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de

Comentário do Desempenho

investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a viabilidade futura da Companhia.

A Administração, ciente da relevância dos desafios está mobilizada para a realização dos ajustes que forem necessários para assegurar o sucesso do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional de acordo com o plano de viabilidade econômica que patrocinou a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e, assim, está otimista em seu julgamento acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

Existe um desafio grande de mercado, mas confiamos plenamente no crescimento e na recuperação do mercado de livros no Brasil. Considerando que já vemos uma recuperação em outros setores relevantes do varejo nacional, além de recentes divulgações com melhora de importantes indicadores econômicos, estamos diante de um cenário que favorece a perspectiva de retomada para nossos principais setores de atuação.

Comentário do Desempenho

IMPACTOS NÃO RECORRENTES

Durante o terceiro trimestre de 2019 a Companhia alcançou um Lucro Líquido de R\$ 11,5 milhões. No entanto, além de realizar diversos ajustes em sua operação visando o aumento da rentabilidade, a Saraiva aprovou seu Plano de Recuperação, gerando impactos contábeis, positivos e negativos, em seus resultados. Entre os principais impactos no resultado, tanto em função da reestruturação, como do Processo de Recuperação Judicial, podemos destacar:

- Aparas e Provisão: R\$ 5,7 milhões negativos de impacto no Lucro Bruto.
- *Impairment* e Ágio: R\$ 97,2 milhões negativos nas Despesas.
- Baixa de projetos e licenças: R\$ 22,7 milhões negativos nas Despesas.
- Outros impactos: R\$ 45,5 milhões negativos nas Despesas.
- Ajuste à Valor Presente da dívida e Juros referente ao Processo de Recuperação Judicial: R\$ 277,7 milhões positivos no Resultado Financeiro.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação - 3T19 (R\$ MM)	3T19 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	3T19 Ajustado
Receita Bruta	159.638			159.638
Impostos	(6.975)			(6.975)
Receita Líquida	152.663			152.663
CMV	(97.812)		5.715	(92.097)
Lucro Bruto	54.851		5.715	60.566
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>35,9%</i>			<i>39,7%</i>
Despesas Operacionais	(241.729)	(16.750)	165.327	(93.152)
EBITDA	(186.878)	(16.750)	171.042	(32.587)
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-122,4%</i>			<i>-21,3%</i>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	245.629	16.750	(277.670)	(15.290)
Resultado Financeiro Líquido	266.449	6.286	(277.670)	(4.935)
Depreciação e Amortiz.	(20.820)	10.464		(10.356)
Lucro/Prejuízo antes do IR	58.751		(106.628)	(47.877)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(47.368)		36.254	(11.114)
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	11.383		(70.375)	(58.992)
Participação minoritária	1			1
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	11.384		(70.375)	(58.991)
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	160			160
Lucro (Prejuízo) Líquido	11.544		(70.375)	(58.831)
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>7,6%</i>			<i>-38,5%</i>

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- Aumento de 13,5 p.p na Margem Bruta ajustada do 3T19.
- Redução de 28,7% na Despesa Operacional ajustada do 3T19.
- Melhora de R\$ 16,9 milhões no EBITDA ajustado do 3T19.
- Melhora de 20 dias no Prazo Médio de Recebimento de clientes em comparação com o 3T18.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Pagamento, conforme Aviso aos Acionistas de 28 de outubro de 2018, de uma parcela dos Dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$5,8 milhões. De acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado, foram pagos os Dividendos até o limite do valor de R\$ 10,0 mil. Os acionistas que fizeram jus aos Dividendos em valor superior a R\$ 10,0 mil receberão o saldo dos Dividendos restantes nos termos da Cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial.
- Aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019, o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66,0 milhões de ações, e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.
- Aprovado, conforme Aviso aos Acionistas de 4 de novembro de 2019, em Reunião do Conselho de Administração em 3 de novembro de 2019, assistida pelo Conselho Fiscal, Aumento de Capital social da Companhia, assim como, a emissão de Bônus de Subscrição, ambos dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Plano de Recuperação Judicial e do Estatuto Social da Companhia.
- Submetida, em Assembleia Geral de Credores realizada em 11 de novembro de 2019, a lista final de nomes para os cargos de Conselho de Administração e Diretor-Presidente, conforme lista inicial apresentada pela consultoria Korn Ferry, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado – Ajustado ¹	3T19	3T18	A/A	2T19	T/T	9M19	9M18	A/A
Receita Bruta (Lojas + E-commerce) ²	159.638	329.281	-51,5%	161.328	-1,0%	533.628	1.333.034	-60,0%
Lojas	109.987	211.949	-48,1%	105.443	4,3%	346.256	809.654	-57,2%
E-commerce	49.651	117.333	-57,7%	55.885	-11,2%	187.372	523.381	-64,2%
Receita Líquida (Lojas + E-commerce) ²	152.663	310.388	-50,8%	155.827	-2,0%	513.252	1.245.324	-58,8%
Lojas	105.686	201.517	-47,6%	102.331	3,3%	334.056	765.128	-56,3%
E-commerce	46.977	108.870	-56,9%	53.496	-12,2%	179.196	480.196	-62,7%
Lucro Bruto Ajustado ¹	60.566	81.215	-25,4%	44.870	35,0%	154.710	368.573	-58,0%
Margem Bruta (%)	39,7%	26,2%	13,5 p.p.	28,8%	10,9 p.p.	30,1%	29,6%	0,5 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes ^{1 3}	(93.152)	(130.695)	-28,7%	(101.293)	-8,0%	(290.814)	(419.363)	-30,7%
EBITDA Ajustado ³	(32.587)	(49.480)	-34,1%	(56.423)	-42,2%	(136.104)	(50.790)	168,0%
Margem EBITDA Ajustada (%) ¹	-21,3%	-15,9%	-5,4 p.p.	-36,2%	14,9 p.p.	-26,5%	-4,1%	-22,4 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas ¹	(58.991)	(65.384)	-9,8%	(70.489)	-16,3%	(192.741)	(98.346)	96,0%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) ¹	-38,6%	-21,1%	-17,6 p.p.	-45,2%	6,6 p.p.	-37,6%	-7,9%	-29,7 p.p.
Res. Líq. das Op. Descontinuadas (Líqu. impostos)	160	(1.218)	-	(1.196)	-	(1.612)	(2.240)	-28,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado ¹	(58.831)	(66.602)	-11,7%	(71.685)	-17,9%	(194.353)	(100.586)	93,2%
Margem Líquida Ajustada (%) ¹	-38,5%	-21,5%	-17,1 p.p.	-46,0%	7,5 p.p.	-37,9%	-8,1%	-29,8 p.p.
Crescimento/Redução Lojas (SSS - %)	-36,3%	-15,5%	-20,8 p.p.	-46,4%	10,2 p.p.	-48,0%	-4,0%	-44,0 p.p.
Crescimento/Redução E-commerce	-57,7%	-26,1%	-31,6 p.p.	-63,2%	5,5 p.p.	-64,2%	4,9%	-69,1 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do período	73	103	-29,1%	74	-1,4%	73	103	-29,1%
Área de Vendas - Final do período (m ²)	49.259	60.127	-18,1%	49.469	-0,4%	49.259	60.127	-18,1%

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Nota: 2. Considera a receita proveniente do Saraiva Entrega no canal Lojas Físicas.

Nota: 3. Inclui as despesas incorridas nas contas de Depreciação e Juros (CPC 06 (R2) - IFRS 16) exclui o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade de R\$ 3,6 milhões no 9M18.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS

RECEITA – No 3T19 a receita bruta alcançou R\$ 159,6 milhões, queda de 51,5% quando comparada com o 3T18. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 50,8%. Cabe destacar que uma parcela da redução nas vendas ainda é resultado do início do processo de reestruturação da Companhia, que inclui a descontinuação da categoria de Tecnologia, do abastecimento que ainda está sendo normalizado, da redução do número de lojas físicas, e da relevante queda de faturamento gerado por problemas de instabilidade em nosso canal *online*.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas, no terceiro trimestre de 2019, atingiu R\$ 110,0 milhões, o que representa queda de 48,1% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Em termos de lojas comparáveis apresentamos um declínio de 36,3% no mesmo período. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 47,6%.

RECEITA E-COMMERCE – No 3T19 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 57,7% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 59,6%. As vendas em nosso canal de *e-commerce*, uma das mais relevantes no país que cobre todo o território nacional, foram fortemente impactadas negativamente por instabilidades em nosso *e-commerce*, que estão sendo solucionadas e serão eliminadas com a nova plataforma de *e-commerce* já em fase de implementação, que possui um sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado atualmente. Além disso, durante o terceiro trimestre de 2019 a Companhia passou trabalhar com uma estratégia de priorização da rentabilidade no canal online. Com a estratégia, a Saraiva tem um faturamento menor no canal, porém com maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição.

RESULTADO BRUTO – O lucro bruto ajustado, apesar da redução de 25,4% no terceiro trimestre de 2019, apresentou um forte ganho de 13,5 p.p. na margem bruta ajustada, que passou de 26,2% no 3T18 para 39,7% no 3T19. Continuamos investindo em novas ferramentas, em especial um novo sistema de precificação dinâmica e uma nova estratégia para o *e-commerce*, visando contribuir para a melhor gestão da margem bruta. Além disso, continuaremos focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que estão sendo descontinuadas.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais recorrentes, mesmo com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, o que impacta negativamente o resultado devido ao método de contabilização, totalizou R\$ 93,2 milhões no 3T19, apresentando forte redução de 28,7% no trimestre, como reflexo das iniciativas realizadas. Cabe destacar que continuamos focados na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, e já estamos colhendo os frutos das medidas tomadas recentemente. Continuamos fazendo ajustes recorrentemente em nossa estrutura visando sempre melhorias de desempenho e produtividade, o que solidifica as bases para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA, fortemente impactado pela descontinuação da categoria de Tecnologia, além do abastecimento que ainda está sendo normalizado, e da relevante queda de faturamento gerado por problemas de instabilidade em nosso canal *online*, totalizou R\$ 32,6 milhões negativos no 3T19, apresentando um ganho de R\$ 16,9 milhões em relação ao 3T18.

Comentário do Desempenho

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado – Ajustado ¹	3T19	3T18	A/A	2T19	T/T	9M19	9M18	A/A
Lucro Líquido (Prejuízo)¹	(58.831)	(66.602)	-11,7%	(71.685)	-17,9%	(194.353)	(100.586)	93,2%
(+) Resultado financeiro ¹	4.935	14.360	-65,6%	3.667	34,6%	14.397	42.324	-66,0%
(+) IR / CSLL ¹	11.114	(6.954)	-	-	0,0%	11.114	(21.460)	-
(+) Depreciação e Amortiz	10.356	8.503	21,8%	10.405	-0,5%	31.137	26.700	16,6%
(+) Resultado Líq. Op. Descontinuadas/Outros ¹	(161)	1.213	-	1.190	-	1.600	2.232	-28,3%
EBITDA Ajustado	(32.587)	(49.480)	-34,1%	(56.423)	-42,2%	(136.104)	(50.790)	168,0%
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	<i>-21,3%</i>	<i>-15,9%</i>	<i>-5,4 p.p.</i>	<i>-36,2%</i>	<i>14,9 p.p.</i>	<i>-26,5%</i>	<i>-4,1%</i>	<i>-22,4 pp</i>

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

CAPITAL DE GIRO* – O prazo médio de recebimento passou de 55 dias no 3T18 para 35 dias no 3T19. O prazo médio de cobertura de estoques reduziu em 9 dias, passando de 110 dias no 3T18 para 101 dias no 3T19.

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) - IFRS 16, foi uma despesa de R\$ 4,9 milhões no terceiro trimestre de 2019, representando uma redução de 65,6% em comparação ao mesmo período de 2018.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 59,0 milhões no 3T19.

INVESTIMENTOS (CAPEX) – Os investimentos efetuados totalizaram R\$ 3,4 milhões no 3T19 versus R\$ 48,2 milhões no 3T18, confirmando a redução de investimentos indicada pela Companhia. Cabe destacar que, grande parte desses investimentos, foram direcionados a nova plataforma de *e-commerce* em fase de implementação, que possui um sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado atualmente.

LIQUIDEZ – Em 30 de setembro de 2019, o saldo total de Caixa Disponível, Caixa Bloqueado e Recebíveis de Cartão de Crédito era de R\$ 39,2 milhões, contra R\$ 79,5 milhões em 30 de junho de 2019, em virtude, principalmente, das menores vendas realizadas no período, além do impacto de categorias descontinuadas e de despesas de extraordinárias de reestruturação.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 30 de setembro de 2019, que somava R\$ 139,7 milhões, contra R\$ 135,5 milhões em 30 de junho de 2019, e R\$ 164,8 milhões em 30 de setembro de 2018. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 3T19 com uma dívida líquida de R\$ 119,6 milhões contra R\$ 103,8 milhões no 2T19, e R\$ 122,2 milhões no 3T18.

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Consolidado ^{1 2}	3T19	3T18	A/A	2T19	T/T
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos	156.680	178.016	-12,0%	154.569	1,4%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	0	2.597	-100,0%	2.718	-100,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Fin.	16.970	15.813	7,3%	21.811	-22,2%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	139.710	164.800	-15,2%	135.476	3,1%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	20.144	42.580	-52,7%	31.664	-36,4%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	119.566	122.220	-2,2%	103.812	15,2%
Montante relativo ao processo de Recuperação Judicial	258.533	-	-	671.271	-61,5%

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

Nota 2: "Antecipação de Recebíveis" (R\$ 0,5 milhão no 3T19, R\$ 1,2 milhões no 2T19, e R\$ 69,5 milhões no 3T18).

Comentário do Desempenho

NOSSAS LOJAS – No 3T19 a Saraiva contava com 73 lojas em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal. No 3T19, em linha com nossa estratégia de priorizar ativos com maior potencial de geração de valor, e de acordo com a iniciativa de renovação do parque de lojas da Companhia, encerramos 1 unidade até o dia 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Controladora, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, games, filmes, música, artigos de papelaria, conteúdo digital e e-reader. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 73 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio market place, integrado ao e-commerce.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Controladora apresentou prejuízo de R\$301.730 em decorrência, principalmente, do atual cenário de crise econômica iniciada em 2015 que resultou em sucessivas desacelerações da economia e consequente retração no consumo, impactando fortemente as operações do Varejo.

Em 23 de novembro de 2018, a Companhia apresentou pedido de recuperação judicial, como forma de viabilizar a superação da crise financeira e preservar a manutenção da fonte produtora e a continuidade do negócio. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019. Em 4 de setembro de 2019 foi homologado o PRJ, aprovado em Assembleia Geral de Credores, realizada em 29 de agosto de 2019. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17 de setembro de 2019 (Nota explicativa nº 31).

A íntegra do PRJ aprovado, assim como a Ata da Assembleia Geral de Credores e demais documentos relacionados à Recuperação Judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizados na página de Relações com Investidores da Companhia. (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

Mobilizamos todos os esforços para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a viabilidade futura da Companhia.

Notas Explicativas

A Administração, ciente da relevância dos desafios está mobilizada para a realização dos ajustes que forem necessários para assegurar o sucesso do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional de acordo com o plano de viabilidade econômica que patrocinou a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e, assim, está otimista em seu julgamento acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

Existe um desafio grande de mercado, mas confiamos plenamente no crescimento e na recuperação do mercado de livros no Brasil. Considerando que já vemos uma recuperação em outros setores relevantes do varejo nacional, além de recentes divulgações com melhora de importantes indicadores econômicos, estamos diante de um cenário que favorece a perspectiva de retomada para nossos principais setores de atuação.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às informações contábeis individuais não diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado nas demonstrações separadas.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para a gestão da Administração da Controladora e do Varejo.

As bases de preparação e apresentação para as informações contábeis intermediárias da Controladora e do Varejo, relacionadas à mensuração, moeda funcional e fontes de julgamentos e estimativas são as mesmas divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (nota explicativa nº 2), publicadas em 29 de março de 2019.

Na reunião de Diretoria realizada em 13 de novembro de 2019 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao

Notas Explicativas

exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (nota explicativa nº 3), publicadas em 29 de março de 2019.

Em 30 de setembro de 2019 estão apresentados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, pelo montante de R\$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no período compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

Normas e emendas que estão vigentes partir de 01º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamentos mercantis – CPC 06(R2)
- IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda
- Alterações na IFRS 9 – recursos de pré-pagamento com compensação negativa
- Alterações IAS 28 – participação de longo prazo em coligadas e joint ventures
- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;

Norma aplicável ao Varejo, adotada adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06 – Leases (Arrendamento mercantil)

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

A Administração da Companhia e de sua controlada avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos. Os seguintes critérios foram adotados no reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor presente.
- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes.

Notas Explicativas

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia e sua controlada na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

- i. Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- ii. Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros.

Impacto da adoção CPC 06(R2) nas informações contábeis consolidadas

	Demonstrações contábeis divulgadas em 31/12/18	Impactos referente adoção do CPC 06 (R2)	Demonstrações contábeis divulgadas em 01/01/19
Ativo			
Circulante	483.634	-	483.634
Não circulante	495.040	313.948	808.988
Imobilizado (direito de uso)	-	313.948	313.948
Total do ativo	978.674	313.948	1.292.622
Passivo			
Circulante	800.036	30.108	830.144
Arrendamento mercantil	-	30.108	30.108
Não circulante	57.720	283.840	341.560
Arrendamento mercantil	-	283.840	283.840
Patrimônio líquido	120.918	-	120.918
Total do passivo e patrimônio líquido	978.674	313.948	1.292.622

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS****a) Caixa e equivalente de caixa**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Caixa e bancos - conta movimento	177	119	16.970	49.110
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	-	641	-	46.313
	<u>177</u>	<u>760</u>	<u>16.970</u>	<u>95.423</u>

b) Aplicações financeiras

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Aplicações financeiras	-	6

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Títulos a receber	9.359	10.910
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>20.459</u>	<u>47.114</u>
	29.818	58.024
Perda esperada	<u>(2.114)</u>	<u>(339)</u>
	<u>27.704</u>	<u>57.685</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 35 dias (55 dias em 31 de dezembro de 2018). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Private Label, Rede e Cielo.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Notas Explicativas

Saldos por vencimento

	Consolidado	
	30/09/19	31/12/18
A vencer	25.672	53.693
Vencidos:		
Até 60 dias	65	1.420
De 61 a 90 dias	23	587
De 91 a 180 dias	32	533
Acima de 180 dias	<u>4.026</u>	<u>1.791</u>
	<u>29.818</u>	<u>58.024</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões são estimadas sobre as vendas, com base no histórico de perdas e ajustadas de acordo com o recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor registrado ao resultado:

	Consolidado			
	01/07/19 a 30/09/19	01/01/19 a 30/09/19	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(107)
Perda efetiva com títulos a receber e cartão de crédito	(581)	(2.872)	(6.163)	(11.617)
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	-	4	-	26
	<u>(581)</u>	<u>(2.868)</u>	<u>(6.163)</u>	<u>(11.698)</u>

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	30/09/19	31/12/18
Mercadorias para revenda	123.443	173.147
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.217</u>	<u>1.704</u>
	<u>124.660</u>	<u>174.851</u>

Notas Explicativas

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques.

Entre as ações adotadas pela Administração em 2018 voltadas para o aumento da rentabilidade e o fortalecimento do caixa, foi implementada importante readequação do mix de produtos com o redirecionamento para os segmentos de livros e a descontinuação das categorias de tecnologia (informática, telefonia, assistência técnica e aventura e lazer). A estratégia para realização do estoque de tecnologia exigiu revisão da estimativa de perda para esse estoque no primeiro semestre de 2019.

A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de perdas com obsolescência de estoque, no montante de R\$38.229 em 30 de setembro de 2019 (R\$24.002 em 31 de dezembro de 2018).

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.745	1.744	124.954	127.655
Programa de Integração Social - PIS (ii)	36	39	25.791	26.485
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.781	2.745	19.423	26.210
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	1.940	2.216	12.696	14.154
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	90.802	97.383
Outros	179	179	262	261
	<u>6.681</u>	<u>6.923</u>	<u>273.928</u>	<u>292.148</u>
Ativo circulante	179	179	86.451	97.976
Ativo não circulante	6.502	6.744	187.477	194.172
	<u>6.681</u>	<u>6.923</u>	<u>273.928</u>	<u>292.148</u>

- (i) ICMS e ICMS ST das operações comerciais e de abastecimento do Varejo. Estão em curso, ações endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$67.922, líquidos de perda ao valor de realização de R\$2.100. Com a redução no mix de produtos ofertados pelo Varejo relacionados a produtos tributados pelo ICMS iniciada a partir do último trimestre de 2018 houve uma redução substancial nos montantes acumulados de créditos tributários. No exercício findo

Notas Explicativas

em 31 de dezembro de 2018 foram estimadas e provisionadas perdas por valor recuperável no montante de R\$20.169.

- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$161.919 (R\$152.357 em 31 de dezembro de 2018) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2019, não compensados até a data de encerramento do período em curso com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.
- (iii) Representado por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo discute em quatro processos judiciais a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que definiu que o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. Para três dos processos em curso houve o trânsito em julgado em dezembro de 2018, agosto e setembro de 2019. Em virtude da complexidade que envolve o tema, dado que boa parte das mercadorias sujeitas ao ICMS estão sob o regime de substituição tributária, e que os cálculos retroagem até o ano de 2001, dificultando sobre maneira o levantamento de documentos e informações, gerando grande incerteza sobre os montantes, a Companhia contratou consultoria especializada independente para auxiliar o cálculo dos montantes que poderão ser excluídos das contribuições PIS e COFINS, sendo que nenhum crédito desse assunto foi registrado pela Companhia.

Notas Explicativas**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Ativo não circulante:				
Provisões para impostos e contribuições a recolher	-	-	361	1.583
Provisão contingências cíveis e trabalhistas	1.136	1.227	3.979	3.441
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	8.738	3.987
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	37.126	16.737
Outras provisões	-	-	9.672	1.468
	<u>1.136</u>	<u>1.227</u>	<u>59.876</u>	<u>27.216</u>
Passivo não circulante:				
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	-	21.214
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Leasing financeiro	-	-	6.693	4.775
AVP - credores recuperação judicial	1.881	-	99.415	-
Outros	3	3	3	3
	<u>7.694</u>	<u>5.813</u>	<u>111.921</u>	<u>31.802</u>
	<u>(6.558)</u>	<u>(4.586)</u>	<u>(52.045)</u>	<u>(4.586)</u>
Passivo não circulante	<u>(6.558)</u>	<u>(4.586)</u>	<u>(52.045)</u>	<u>(4.586)</u>

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do Imposto de renda – IR e da Contribuição social sobre o Lucro Líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre Prejuízos fiscais e Bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/19</u>	<u>30/09/18</u>	<u>30/09/19</u>	<u>30/09/18</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(120.485)	(100.699)	(75.010)	(123.379)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	40.965	34.238	25.503	41.949
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	6.954	(29)	744	(3.418)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(48.430)	(32.866)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(1.370)</u>	<u>(1.343)</u>	<u>(73.615)</u>	<u>(15.859)</u>
	<u>(1.881)</u>	<u>-</u>	<u>(47.368)</u>	<u>22.672</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período:				
Diferidos	<u>(1.881)</u>	<u>-</u>	<u>(47.368)</u>	<u>22.672</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; empréstimo de mútuo; e adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, foram realizadas doações no montante de R\$361 (R\$343 em 30 de setembro de 2018).

Em Reunião do Conselho de Administração, assistida pelo Conselho Fiscal, realizada em 03 de novembro de 2019 o acionista controlador Sr. Jorge Eduardo Saraiva em cumprimento ao PRJ, utilizará o seu AFAC, no montante de R\$10.000 para integralizar as ações que subscrever (Nota explicativa nº 32). Dessa forma, o montante registrado no passivo circulante foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, onde permanecerá até que seja deliberada sua capitalização.

Notas Explicativas

Empréstimos de mútuo obtidos com a Controlada:

	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldos no início do período/exercício	2.183	7.996
Empréstimos obtidos	4.235	8.754
Pagamentos efetuados	(543)	(15.100)
Despesas financeiras	<u>191</u>	<u>533</u>
Saldos no fim do período/exercício	<u><u>6.066</u></u>	<u><u>2.183</u></u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>01/07/19</u> <u>a 30/09/19</u>	<u>01/01/19</u> <u>a 30/09/19</u>	<u>01/07/18</u> <u>a 30/09/18</u>	<u>01/01/18</u> <u>a 30/09/18</u>	<u>01/07/19</u> <u>a 30/09/19</u>	<u>01/01/19</u> <u>a 30/09/19</u>	<u>01/07/18</u> <u>a 30/09/18</u>	<u>01/01/18</u> <u>a 30/09/18</u>
Pró-labore do conselho de administração	339	1.016	338	1.019	375	1.124	394	1.091
Pró-labore da diretoria	<u>6</u>	<u>18</u>	<u>6</u>	<u>18</u>	<u>333</u>	<u>999</u>	<u>333</u>	<u>3.811</u>
Subtotal	345	1.034	344	1.037	708	2.123	727	4.902
Remuneração baseada em ações	-	18	13	55	-	18	13	55
Outras remunerações	<u>88</u>	<u>262</u>	<u>87</u>	<u>252</u>	<u>191</u>	<u>567</u>	<u>158</u>	<u>1.147</u>
	<u><u>433</u></u>	<u><u>1.314</u></u>	<u><u>444</u></u>	<u><u>1.344</u></u>	<u><u>899</u></u>	<u><u>2.708</u></u>	<u><u>898</u></u>	<u><u>6.104</u></u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

As informações relacionadas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 foram retificadas em virtude da apresentação da remuneração do Conselho fiscal, no montante de R\$462 (Pro-labore – R\$385 e Outras – R\$77) juntamente com a remuneração dos membros do conselho de administração.

Notas Explicativas**10. INVESTIMENTOS**

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	3.883	146.337
(-) Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>(3.883)</u>	<u>(25.382)</u>
Total	<u>-</u>	<u>120.955</u>
Valor do investimento	<u>-</u>	<u>120.943</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>			
	<u>01/07/19</u>	<u>01/01/19</u>	<u>01/07/18</u>	<u>01/01/18</u>
	<u>a 30/09/19</u>	<u>a 30/09/19</u>	<u>a 30/09/18</u>	<u>a 30/09/18</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:				
Prejuízo do Varejo	<u>(12.049)</u>	<u>(142.454)</u>	<u>(64.427)</u>	<u>(96.672)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(12.048)</u>	<u>(142.442)</u>	<u>(64.421)</u>	<u>(96.664)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldo no início do período/exercício	120.943	414.068
Participação no resultado do Varejo	(142.442)	(293.672)
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para Varejo	20.473	-
Parcela do lucro não realizado em operações descendentes excedente do saldo contábil da participação	1.026	-
Participação reflexa no hedge accounting do Varejo	<u>-</u>	<u>547</u>
Saldo no fim do período/exercício	<u>-</u>	<u>120.943</u>

Notas Explicativas

Principais informações do Varejo:

	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Ativo total	906.974	962.562
Passivo circulante e não circulante	903.091	816.225
Patrimônio líquido	3.883	146.337
	<u>30/09/19</u>	<u>30/09/18</u>
Receita operacional líquida	513.252	1.245.324
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(364.257)</u>	<u>(876.751)</u>
Lucro bruto	148.995	368.573
Despesas operacionais	<u>(262.670)</u>	<u>(419.930)</u>
Depreciações	<u>(61.752)</u>	<u>(25.949)</u>
Outras	<u>(160.350)</u>	<u>161</u>
Resultado operacional	<u>(335.777)</u>	<u>(77.145)</u>
Resultado financeiro	<u>238.810</u>	<u>(42.199)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>(96.967)</u>	<u>(119.344)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(45.487)</u>	<u>22.672</u>
Prejuízo líquido	<u>(142.454)</u>	<u>(96.672)</u>

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora					
		30/09/19			31/12/18		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	783	(782)	1	799	(798)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.296)	194	2.490	(2.253)	237
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.388)	33	5.421	(5.371)	50
Equipamentos de informática	20	<u>12.387</u>	<u>(12.384)</u>	<u>3</u>	<u>12.387</u>	<u>(12.315)</u>	<u>72</u>
		<u>21.081</u>	<u>(20.850)</u>	<u>231</u>	<u>21.097</u>	<u>(20.737)</u>	<u>360</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

Notas Explicativas

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado					
		30/09/19			31/12/18		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edifícios e construções	4	-	-	-	1.260	(1.260)	-
Máquinas e equipamentos	10	6.447	(4.062)	2.385	6.568	(3.810)	2.758
Móveis, utensílios e instalações	10	74.364	(59.416)	14.948	83.893	(65.801)	18.092
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	154.729	(139.458)	15.271	164.499	(146.364)	18.135
Equipamentos de informática	20	69.592	(60.342)	9.250	70.832	(58.233)	12.599
Direito de uso em Arrendamento		323.560	(30.752)	292.808	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	21	-	21	-	-	-
		<u>628.713</u>	<u>(294.030)</u>	<u>334.683</u>	<u>327.052</u>	<u>(275.468)</u>	<u>51.584</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	Controladora			
	31/12/18	Adições	Baixas	30/09/19
Custo:				
Máquinas e equipamentos	799	-	(16)	783
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	-	5.421
Equipamentos de informática	12.387	-	-	12.387
Total do custo	<u>21.097</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>21.081</u>
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos	(798)	-	16	(782)
Móveis, utensílios e instalações	(2.253)	(43)	-	(2.296)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.371)	(17)	-	(5.388)
Equipamentos de informática	(12.315)	(69)	-	(12.384)
Total da depreciação	<u>(20.737)</u>	<u>(129)</u>	<u>16</u>	<u>(20.850)</u>
Valor líquido	<u>360</u>	<u>(129)</u>	<u>-</u>	<u>231</u>

Notas Explicativas

	Consolidado						
	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	Adoção do IFRS16 / CPC06 (R2)	30/09/19
Custo:							
Edifícios e construções	1.260	-	-	(1.400)	140	-	-
Máquinas e equipamentos	6.568	-	(59)	-	(62)	-	6.447
Móveis, utensílios e instalações	83.893	-	(1.320)	-	(8.209)	-	74.364
Benfeitorias em imóveis de terceiros	164.499	495	(4.421)	206	(6.050)	-	154.729
Equipamentos de informática	70.832	47	(509)	-	(778)	-	69.592
Arrendamento	-	-	-	-	-	323.560	323.560
Imobilizado em andamento	-	227	-	(206)	-	-	21
Total do custo	327.052	769	(6.309)	(1.400)	(14.959)	323.560	628.713
Depreciação acumulada:							
Edifícios e construções	(1.260)	(14)	-	1.274	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(3.810)	(373)	59	-	62	-	(4.062)
Móveis, utensílios e instalações	(65.801)	(3.071)	1.159	-	8.297	-	(59.416)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(146.364)	(3.325)	4.629	-	5.602	-	(139.458)
Equipamentos de informática	(58.233)	(3.607)	500	-	998	-	(60.342)
Direito de Uso em	-	-	-	-	-	(30.752)	(30.752)
Total da depreciação	(275.468)	(10.390)	6.347	1.274	14.959	(30.752)	(294.030)
Valor líquido	51.584	(9.621)	38	(126)	-	292.808	334.683

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$1.933. A Administração não identificou outros eventos que denotam a existência de indicadores de perdas do valor recuperável.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Controladora					
		30/09/19			31/12/18		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Software	20	<u>710</u>	<u>(710)</u>	<u>-</u>	<u>710</u>	<u>(710)</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado					
		30/09/19			31/12/18		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	-	-	-	47.776	(841)	46.935
Cessão comercial	20	21.158	(21.158)	-	25.047	(25.047)	-
Software	20	159.328	(86.844)	72.484	237.071	(84.349)	152.722
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-	63
Intangível em andamento	-	-	-	-	3.225	-	3.225
		<u>180.549</u>	<u>(108.002)</u>	<u>72.547</u>	<u>313.182</u>	<u>(110.237)</u>	<u>202.945</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/18	30/09/19
Custo:		
Software	<u>710</u>	<u>710</u>
Amortização acumulada:		
Software	<u>(710)</u>	<u>(710)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

	Consolidado					
	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	30/09/19
Custo:						
Ágio	47.776	-	(47.776)	-	-	-
Cessão comercial	25.047	-	-	-	(3.889)	21.158
Software	237.071	804	(35.736)	7.589	(50.400)	159.328
Marcas e patentes	63	-	-	-	-	63
Intangível em	3.225	7.589	(3.225)	(7.589)	-	-
Total do custo	<u>313.182</u>	<u>8.393</u>	<u>(86.737)</u>	<u>-</u>	<u>(54.289)</u>	<u>180.549</u>
Amortização acumulada:						
Ágio	(841)	-	841	-	-	-
Cessão comercial	(25.047)	-	-	-	3.889	(21.158)
Software	(84.349)	(21.043)	18.382	-	166	(86.844)
Total da amortização	<u>(110.237)</u>	<u>(21.043)</u>	<u>19.223</u>	<u>-</u>	<u>4.055</u>	<u>(108.002)</u>
Valor líquido	<u>202.945</u>	<u>(12.650)</u>	<u>(67.514)</u>	<u>-</u>	<u>(50.234)</u>	<u>72.547</u>

Notas Explicativas

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$1. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, em decorrência das consequências da recuperação judicial, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas do valor recuperável, registrando o montante de R\$50.234, calculado e baseado em Laudo Técnico emitido por empresa especializada independente, contratada para esse fim.

Ágio

	Data de aquisição	30/09/19	31/12/18
Ágio na aquisição da Siciliano	06/03/2008	-	<u>46.935</u>

Em decorrência das consequências da recuperação judicial, a Administração em seu melhor julgamento identificou que desapareceram as razões econômicas que fundamentaram o ágio decorrente de rentabilidade futura, registrado pela aquisição da Siciliano em 2008. A avaliação está baseada em Laudo Técnico emitido por empresa especializada independente, contratada para esse fim. Dessa forma, o montante de R\$46.935 foi levado à rubrica de “Outras despesas operacionais” em 30 de setembro de 2019.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	150.117	121.158
Custos de captação a amortizar	(547)	(1.630)
Arrendamento financeiro	7.110	16.083
Fiança BNDES - Itaú	-	<u>37.260</u>
	<u>156.680</u>	<u>172.871</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>307.170</u>	-
	<u>463.850</u>	<u>172.871</u>
Passivo circulante	52.362	154.468
Passivo não circulante	<u>411.488</u>	<u>18.403</u>
	<u>463.850</u>	<u>172.871</u>

Notas Explicativas

A partir de 1 de janeiro de 2019, a Administração do Varejo passou a reconhecer e mensurar seus contratos de arrendamento mercantil nos termos do CPC 06 (R2). O passivo de arrendamento é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos alugueis em contrapartida do Direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado. As despesas incorridas com depreciação e juros são reconhecidas separadamente no resultado dos períodos.

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Abr/2025	Aval Controladora e Imóvel	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,65% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Set/2021	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Dez/2020	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,29% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Dez/2019	Bem arrendado	R\$ 12.223	100% CDI a.a. + 0,23% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,26% a.m.

Movimentação no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019

Descrição	31/12/18	Empréstimos obtidos	Adoção	Encargos	Pagamentos	30/09/19
			CPC 06 (R2)		principal e juros	
Empréstimos - capital de giro	119.528	17.998	-	13.364	(773)	150.117
Arrendamento financeiro	16.083	-	-	1.000	(9.973)	7.110
Fiança BNDES - Itaú	37.260	-	-	983	(38.243)	-
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	-	323.530	19.147	(35.507)	307.170
	<u>172.871</u>	<u>17.998</u>	<u>323.530</u>	<u>34.494</u>	<u>(84.496)</u>	<u>464.397</u>

Financiamentos com o BNDES

Garantias

Em dezembro de 2018 o BNDES executou a garantia com o Banco Itaú, para a liquidação do saldo devedor do empréstimo, no montante de R\$40.617. Em 13 de março de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 41.640, foi quitado por meio de saldo em conta, no montante de R\$25.000 e de empréstimo contratado com o Banco Itaú, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$16.718.

Resumo das condições contratadas:

- Data da operação: 13/03/2019
- Taxa: 3% a.a. + 100% do CDI
- Garantia: Mínimo de R\$ 3,5MM de Agenda das bandeiras Mastercard e Hipercard.
- Período da Operação: Operação com um período de 30 meses e 1 ano de carência de pagamento de principal.

Em dezembro de 2018 a Alelo executou a garantia com o Banco do Brasil, para a liquidação de faturas que não haviam sido pagas por conta do período de competência ser anterior ao processo de Recuperação Judicial, no montante de R\$1.077. Em agosto de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 1.359, foi repactuado nos termos do processo de

Notas Explicativas

Recuperação Judicial na classe de Credores com Garantia Real em um empréstimo contratado com o Banco do Brasil, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$1.359.

Resumo das condições contratadas:

- Data da operação: 30/08/2019
- Taxa: TR + 0,80% am
- Garantia: Aval Controladora
- Período da Operação: Operação com um período de 120 meses e 13 meses de carência de pagamento de principal.

Empréstimos para capital de giro

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Banco do Brasil

O Varejo repactuou o montante de R\$120.000, também contratados com o Banco do Brasil, para uma taxa de 132% do CDI, com dilação do prazo para três anos, com amortizações trimestrais e carência de um ano. Em 25 de julho de 2018 foi assinado aditamento que alterou o cronograma de reposição do principal e a troca da garantia representada por cessão fiduciária de direitos creditórios por uma garantia real representada por hipoteca cedular. Em Agosto de 2019 foi repactuado o montante de R\$ 116.615 nos termos do processo de Recuperação Judicial na classe de Credores com Garantia Real que alterou o cronograma de reposição do principal para dez anos com amortizações mensais, carência de 13 meses e a taxa de juros da operação foi alterada para TR + 0,80% am.

Em 27 de julho de 2017, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$15.000, com encargos de 120% da variação do CDI, vencimento em fevereiro de 2018, garantida por aval da Controladora. Em fevereiro de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 124,25% da variação do CDI, com dilação do prazo para um ano, passando o vencimento para 01 de agosto de 2018. Em julho de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de novembro de 2018. Em outubro de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de abril de 2019. Em setembro de 2019 foi repactuado o montante de R\$ 14.384 nos termos do processo de Recuperação Judicial na classe de Credores Estratégicos Financiadores e que alterou o cronograma de reposição do principal para cinco anos com amortizações mensais, carência de sete meses e a taxa de juros da operação foi alterada para TR + 0,65% am.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras.

Em 16 de junho de 2017, foram implementadas alterações no programa de acumulação de pontos. De acordo com o novo regulamento do Programa, a cada 500 pontos (Bônus) conquistados por

Notas Explicativas

meio de compras (antes, a cada 1.000 pontos) o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 30 de setembro de 2019, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$3.254 (R\$4.320 em 31 de dezembro de 2018).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Fornecedor - nacional	338	1.719	76.984	545.385
Fornecedor - exterior	-	-	2.230	3.939
	<u>338</u>	<u>1.719</u>	<u>79.214</u>	<u>549.324</u>

Em 30 de setembro de 2019, foi reclassificado o montante de 521.055 (1.092 na Controladora e 519.963 no Varejo) para a rubrica “Credores recuperação judicial”, no curto e longo prazo.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	3.196	4.574
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	67	59	598	1.120
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	10	2	984	278
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	44	7
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	706	814
Parcelamento de tributos - Estaduais (b)	-	-	1.714	1.366
Outros	-	2	106	178
	<u>77</u>	<u>63</u>	<u>7.348</u>	<u>8.337</u>
Passivo circulante	77	63	5.555	6.823
Passivo não circulante	-	-	1.793	1.514
	<u>77</u>	<u>63</u>	<u>7.348</u>	<u>8.337</u>

Notas Explicativas

- (a) Parcelamento de débitos tributários instruídos em 2014, relacionados a compensações de tributos federais com créditos de PIS/COFINS apurados em 2007 e 2008, não homologadas, no montante de R\$2.245. O montante pago no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 foi de R\$131 (R\$170 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Parcelamentos ordinários instruídos em 2018, nos Estados de Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 foi de R\$421 (R\$716 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018).

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			
	<u>31/12/18</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>30/09/19</u>
Férias	217	10	-	227
Salários a pagar	55	5	(5)	55
FGTS a recolher	17	2	(1)	18
INSS a recolher	94	290	(287)	97
	<u>383</u>	<u>307</u>	<u>(293)</u>	<u>397</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/18</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>30/09/19</u>
Férias	7.165	4.430	(7.071)	4.524
13º salário	-	4.417	(1.413)	3.004
Salários a pagar	237	45.097	(40.774)	4.560
FGTS a recolher	1.212	8.443	(8.565)	1.090
INSS a recolher	4.900	13.765	(14.474)	4.191
	<u>13.514</u>	<u>76.152</u>	<u>(72.297)</u>	<u>17.369</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	<u>Controladora</u>		
	<u>31/12/18</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>30/09/19</u>
Contingências trabalhistas	3.246	(316)	2.930
Contingências cíveis	<u>365</u>	<u>47</u>	<u>412</u>
	<u>3.611</u>	<u>(269)</u>	<u>3.342</u>
	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/18</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>30/09/19</u>
Contingências trabalhistas	11.564	(3.574)	7.990
Contingências cíveis	2.033	1.679	3.712
ICMS - Auto de infração (a)	1.048	13	1.061
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	<u>2.162</u>	<u>-</u>	<u>2.162</u>
	<u>16.807</u>	<u>(1.882)</u>	<u>14.925</u>

- (a) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Depósitos judiciais

	<u>Controladora</u>		
	<u>31/12/18</u>	<u>Acréscimo/ (Baixa)</u>	<u>30/09/19</u>
PIS/COFINS (a)	977	15	992
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.260	255	3.515
Processos judiciais trabalhistas	<u>1.524</u>	<u>(611)</u>	<u>913</u>
	<u>11.827</u>	<u>(341)</u>	<u>11.486</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/18	Acréscimo/ (Baixa)	30/09/19
PIS/COFINS (a)	1.077	(85)	992
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	32.150	(3.695)	28.455
Processos judiciais trabalhistas	4.498	(1.262)	3.236
	<u>43.791</u>	<u>(5.042)</u>	<u>38.749</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) O saldo inclui: i) R\$17.285 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV; ii) R\$2.080, relacionados ao bloqueio de caixa feito pelo Banco do Brasil.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$566.982, sendo R\$293.171 para a Controladora e R\$273.811 para o Varejo (R\$516.815 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$262.443 para a Controladora e R\$254.372 para o Varejo).

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- INSS	Autos de infração lavrados contra a Controladora relacionados a constituição de crédito tributário sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	7.725
b- IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	Representados substancialmente por processos de impugnação em curso, de despachos decisórios que não homologaram créditos tributários utilizados pela Controladora e o Varejo para o pagamento de tributos federais	223.226
c- PIS/COFINS	Relacionado a ações judiciais que questionaram o alargamento da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS e majoração de alíquota da COFINS, instituídos pela Lei 9.718/98 com trânsito em julgado, parcialmente em favor da Controladora e do Varejo, ainda em discussão sobre os montantes dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil e transferidos para a Caixa Econômica Federal	57.872
d- II, IPI, ICMS, PIS e COFINS	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer a imunidade de impostos e a alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS incidentes nos processos de importação do leitor digital – LEV	41.162

Notas Explicativas

e- ICMS	Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados ao crédito de ICMS registrado sobre aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria de Fazenda Estadual	27.607
f- Diversos	Outras discussões administrativas e judiciais sobre processos tributários	145.417
TOTAL		503.009

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Contratos de locação	Ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas às suas unidades operacionais	15.343
b- Outros	Outros processos da Controladora com objetos variados e do Varejo relacionados à ações individuais de relações de consumo	36.288
TOTAL		51.631

PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Diversos	Ações trabalhistas ajuizadas contra a Controladora e o Varejo, substancialmente relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	12.342

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019, o capital social da Controladora, no montante de R\$282.999 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2018), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.

Notas Explicativas

- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$67 (R\$4,25 por ação - cotação em 30 de setembro de 2019).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total
	Até o exercício findo em 31/12/18	No período de nove meses encerrado 30/09/19	
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	197	-	197
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	219	18	237
	<u>416</u>	<u>18</u>	<u>434</u>

Notas Explicativas

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 está apresentada a seguir:

	<u>7º Programa</u> <u>(4ª tranche)</u>	<u>7º Programa</u> <u>(5ª tranche)</u>
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	<u>(176.400)</u>	<u>(176.400)</u>
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 30 de setembro de 2019	<u> -</u>	<u> -</u>

No período entre 07 de maio e 06 de setembro de 2018, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (4ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 13 de maio e 13 de setembro de 2019, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (5ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	<u>7º Programa</u> <u>(4ª tranche)</u>	<u>7º Programa</u> <u>(5ª tranche)</u>
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11
Preço fixado - R\$	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u> -</u>	<u> -</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u> 4,64</u>	<u> 5,57</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 30 de setembro de 2019 - R\$	<u> -</u>	<u> -</u>

e) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

f) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016.

Em 02 de agosto de 2017, a Controladora comunicou através de fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Administração da Controladora e seus acionistas controladores se comprometeram, em processo administrativo em curso na CVM, a implementar o seguinte cronograma de distribuição do saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015, transferido para o passivo circulante e não circulante, no montante total de R\$17.452:

Deliberação	Valor
AGO de 2018	5.818
AGO de 2019	5.817
AGO de 2020	5.817

Em 26 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição da parcela no montante de R\$5.818, correspondentes ao valor bruto de R\$ 0,21798 por ação e equivalente a 33% (trinta e três por cento) do saldo da Reserva Especial.

A distribuição parcial do dividendo obrigatório retido no exercício social 2015, no montante de R\$5.817, cujo pagamento era previsto para 18 de dezembro de 2018, conforme havia sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018 foi suspensa em virtude de disposição legal relacionada ao pedido de recuperação judicial (Artigo 6º da Lei nº 11.101/2015). Em 28 de outubro de 2019, foi divulgado o pagamento do montante de R\$5.817, registrado no passivo circulante, aprovado em AGE de 26 de abril de 2018, nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019 (Nota explicativa nº 32).

O saldo remanescente, previsto no cronograma aprovado em 2 de agosto de 2017, no montante de R\$11.634, registrado no passivo não circulante, foi reclassificado para Reserva Especial, onde poderá absorver prejuízos do exercício corrente, nos termos da Lei 6.404/76.

g) Participação de não controladores

	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldos no início do período/exercício	12	36
Participação no resultado do período	<u>(12)</u>	<u>(24)</u>
Saldos no fim do período/exercício	<u><u>-</u></u>	<u><u>12</u></u>

Notas Explicativas**20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Consolidado			
	01/07/19	01/01/19	01/07/18	01/01/18
	a 30/09/19	a 30/09/19	a 30/09/18	a 30/09/18
Receita operacional líquida:				
Venda de mercadorias e serviços	161.684	544.250	335.277	1.357.864
(-) Impostos incidentes	(6.702)	(21.443)	(19.519)	(88.198)
(-) Devoluções	(2.046)	(10.622)	(5.996)	(24.830)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	(274)	1.066	626	488
	<u>152.662</u>	<u>513.251</u>	<u>310.388</u>	<u>1.245.324</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	01/07/19	01/01/19	01/07/18	01/01/18	01/07/19	01/01/19	01/07/18	01/01/18
	a 30/09/19	a 30/09/19	a 30/09/18	a 30/09/18	a 30/09/19	a 30/09/19	a 30/09/18	a 30/09/18
Mercadorias	-	-	-	-	(97.812)	(364.257)	(226.730)	(866.706)
Custo dos serviços vendidos	-	-	-	-	-	-	(2.443)	(10.045)
Despesa com pessoal e encargos	(229)	(722)	(115)	(701)	(41.705)	(110.110)	(44.487)	(147.500)
Honorários dos administradores	(345)	(1.034)	(479)	(1.422)	(708)	(2.123)	(862)	(5.287)
Propaganda e publicidade	-	-	-	-	(5.627)	(17.587)	(6.284)	(23.229)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	-	-	(92)	(2.215)	(13.346)	(43.517)
Publicações legais	-	(208)	-	(208)	-	(314)	-	(277)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	-	-	(6.255)	(22.140)	(8.900)	(26.671)
Frete e embalagens	-	-	-	-	(9.552)	(26.272)	(14.582)	(53.827)
Serviços de informática	-	-	-	-	(3.480)	(7.381)	(4.662)	(13.455)
Consultoria e assessoria	-	-	-	-	(7.481)	(11.642)	(2.345)	(6.214)
Viagens e estadias	-	-	-	-	(182)	(355)	(284)	(771)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	-	-	(2.866)	(7.405)	(4.613)	(19.420)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(581)	(2.868)	(6.162)	(11.697)
Outras	58	(1.712)	(431)	(1.059)	(19.291)	(55.934)	(23.832)	(71.455)
	<u>(516)</u>	<u>(3.676)</u>	<u>(1.025)</u>	<u>(3.390)</u>	<u>(195.632)</u>	<u>(630.603)</u>	<u>(359.532)</u>	<u>(1.300.071)</u>
Classificadas como:								
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	-	-	(97.812)	(364.257)	(229.173)	(876.751)
Despesas com vendas	-	-	-	-	(63.729)	(171.963)	(99.573)	(344.179)
Despesas gerais e administrativas	(516)	(3.676)	(1.025)	(3.390)	(34.091)	(94.383)	(30.786)	(79.141)
	<u>(516)</u>	<u>(3.676)</u>	<u>(1.025)</u>	<u>(3.390)</u>	<u>(195.632)</u>	<u>(630.603)</u>	<u>(359.532)</u>	<u>(1.300.071)</u>

Notas Explicativas**22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	Controladora				Consolidado			
	01/07/19 a 30/09/19	01/01/19 a 30/06/19	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/19 a 30/09/19	01/01/19 a 30/09/19	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18
Resultado na baixa e/ou venda								
de ativo imobilizado, intangível e ágio	-	10	-	-	(64.298)	(64.672)	8	-
Perda de valor recuperável -								
ativo imobilizado e intangível	-	-	-	-	(50.234)	(49.771)	-	-
Baixa de impostos a recuperar	-	-	-	-	(12.821)	(12.821)	(548)	(2.199)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	-	(1.217)	(1.217)	-	(673)
PIS/COFINS s/ outras receitas								
operacionais e financeiras	(7)	(21)	(20)	(45)	(368)	(1.333)	(936)	(1.969)
Cartão "private label"	-	-	-	-	(277)	(1.249)	(383)	(1.115)
Provisão para contingências	-	-	-	-	3.380	1.625	571	-
Plano de recuperação judicial	(77)	(77)	-	-	(14.964)	(14.964)	-	-
Sinistros e outros eventos								
com mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	(452)
Baixa de Ágio								
Parcelamento impostos estaduais	-	-	-	-	(1.057)	(1.057)	(100)	(1.526)
Projetos descontinuados	-	-	-	-	(3.227)	(3.227)	-	(574)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(1)	(2.542)	(2.567)	(2.254)	(2.320)
	<u>(84)</u>	<u>(88)</u>	<u>(20)</u>	<u>(46)</u>	<u>(147.625)</u>	<u>(151.253)</u>	<u>(3.642)</u>	<u>(10.828)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	01/07/19 a 30/09/19	01/01/19 a 30/09/19	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/19 a 30/09/19	01/01/19 a 30/09/19	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18
Resultado na venda de ativo permanente	-	-	-	-	-	-	32	32
Cartão presente não resgatado, e outros								
créditos de clientes não reclamados	-	-	-	-	2.747	8.920	1.861	7.258
Lucro não realizado em operação de venda								
do intangível para o Varejo	20.473	20.473	-	-	-	-	-	-
Despesas recuperadas	51	51	143	143	654	1.723	435	1.601
Indenizações por sinistros com mercadorias	-	-	-	-	-	-	132	388
Reversão provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	171	171
Outras receitas operacionais	-	1	103	134	315	697	675	1.770
	<u>20.524</u>	<u>20.525</u>	<u>246</u>	<u>277</u>	<u>3.716</u>	<u>11.340</u>	<u>3.306</u>	<u>11.220</u>

Notas Explicativas

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	01/07/19 a 30/09/19	01/01/19 a 30/09/19	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18	01/07/19 a 30/09/19	01/01/19 a 30/09/19	01/07/18 a 30/09/18	01/01/18 a 30/09/18
Receitas financeiras:								
Receitas sobre aplicações financeiras empréstimos e financiamentos	-	-	1	1	-	504	34	281
Valor justo - operação "swap"	-	-	-	-	-	-	(1.261)	13.596
Juros recebidos de clientes	-	-	-	-	9	16	18	32
Juros sobre impostos a recuperar	144	437	216	735	818	2.485	782	2.725
Descontos financeiros obtidos	-	15	3	49	414	603	161	725
AVP - Credores recuperação judicial	5.532	5.532	-	-	292.398	292.398	-	-
Outros juros e variações ativas	-	-	-	-	18	92	67	194
	<u>5.676</u>	<u>5.984</u>	<u>220</u>	<u>785</u>	<u>293.657</u>	<u>296.098</u>	<u>(199)</u>	<u>17.553</u>
Despesas financeiras:								
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(8.710)	(26.587)	(2.755)	(14.302)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(86)	(191)	(90)	(447)	-	-	-	-
Descontos financeiros concedidos	-	-	-	-	-	-	(5)	(35)
Outros juros e variações passivas	(30)	(116)	(50)	(131)	(15.837)	(16.237)	(10.150)	(40.672)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(22)	(47)	(29)	(124)	(194)	(853)	(66)	(300)
Outras comissões financeiras	(51)	(151)	(26)	(103)	(2.235)	(7.582)	(1.070)	(4.195)
Outras despesas financeiras	(58)	(155)	(33)	(105)	(232)	(705)	(115)	(373)
	<u>(247)</u>	<u>(660)</u>	<u>(228)</u>	<u>(910)</u>	<u>(27.208)</u>	<u>(51.964)</u>	<u>(14.161)</u>	<u>(59.877)</u>
	<u>5.429</u>	<u>5.324</u>	<u>(8)</u>	<u>(125)</u>	<u>266.449</u>	<u>244.134</u>	<u>(14.360)</u>	<u>(42.324)</u>

25. ARRENDAMENTO OPERACIONAL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 30 de setembro de 2019, o Varejo possuía 73 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Alugueis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Notas Explicativas

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado			
	01/07/19	01/01/19	01/07/18	01/01/18
	a 30/09/19	a 30/09/19	a 30/09/18	a 30/09/18
Arrendamentos operacionais - nota explicativa 21	92	2.215	13.346	43.517

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 30 de setembro de 2019 no consolidado é de R\$4.943 (R\$31.771 em 31 de dezembro de 2018).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/19 a 30/09/19			01/01/19 a 30/09/19			01/01/19 a 30/09/19		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(44.630)	(79.348)	(123.978)	(44.050)	(78.316)	(122.366)	(580)	(1.032)	(1.612)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(4,64580)	(4,64580)		(4,58540)	(4,58540)		(0,06040)	(0,06040)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(4,64580)	(4,64580)		(4,58540)	(4,58540)		(0,06040)	(0,06040)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/18 a 30/09/18			01/01/18 a 30/09/18			01/01/18 a 30/09/18		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(37.057)	(65.882)	(102.939)	(36.250)	(64.449)	(100.699)	(806)	(1.434)	(2.240)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(3,85741)	(3,85741)		(3,77346)	(3,77346)		(0,08395)	(0,08395)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(3,85741)	(3,85568)		(3,77346)	(3,77177)		(0,08395)	(0,08391)	

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

Notas Explicativas

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/19	31/12/18	30/09/19	31/12/18
Empréstimos e financiamentos e credores da recuperação judicial	4.456	2.637	722.382	175.508
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(177)</u>	<u>(760)</u>	<u>(16.970)</u>	<u>(95.429)</u>
Dívida líquida	4.279	1.877	705.412	80.079
Patrimônio líquido	<u>18.580</u>	<u>120.906</u>	<u>18.580</u>	<u>120.918</u>
Total	<u>22.859</u>	<u>122.783</u>	<u>723.992</u>	<u>200.997</u>
Índice de dívida líquida	<u>18.72%</u>	<u>1.53%</u>	<u>97.43%</u>	<u>39.84%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	30/09/19	31/12/18
	Valor	Valor
	Contábil	Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>177</u>	<u>760</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	338	1.719
Credores recuperação judicial	4.456	-
Dividendos	-	17.466
Partes relacionadas - contrato de mútuo	6.066	2.183
AFAC	-	10.000
Outras obrigações	<u>-</u>	<u>2.637</u>
	<u>10.860</u>	<u>34.005</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	16.970	95.429
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>27.704</u>	<u>57.685</u>
	<u>44.674</u>	<u>153.114</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	463.850	172.871
Fornecedores	79.214	549.324
Credores recuperação judicial	258.532	-
Arrendamento mercantil -		
locação de lojas	4.943	31.771
Dividendos	-	17.466
AFAC	-	10.000
Outras obrigações	<u>919</u>	<u>3.489</u>
	<u>807.458</u>	<u>784.921</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic, esses somente até 31/12/2018 para os empréstimos tomados com o BNDES, liquidados em dezembro de 2018), taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Controladora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

Notas Explicativas

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do período:

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/19</u>
<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos Alta do CDI	<u>23.953</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos para capital de giro				
sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	(114)	(286)	(572)
Arrendamentos financeiros				
sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	(16)	(41)	(81)
Resultado líquido		(132)	(327)	(653)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do período:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/19	31/12/18	30/09/19	31/12/18
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	177	760	16.970	95.429
Contas a receber de clientes	-	-	27.704	57.685
	<u>177</u>	<u>760</u>	<u>44.674</u>	<u>153.114</u>

Em 30 de setembro de 2019, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$2.114 (R\$339 em 31 de dezembro de 2018), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	338	-	-	-	338
Credores da recuperação judicial	2.042	28	84	7.835	9.989

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	79.214	-	-	-	79.214
Credores da recuperação judicial	20.780	5.286	15.858	441.766	483.690
Empréstimos e financiamentos	65.242	83.378	215.270	218.662	582.552
Arrendamento mercantil -					
locação de lojas	4.943	-	-	-	4.943
Outras obrigações	919	-	-	-	919

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	Consolidado	
	30/09/19	31/12/18
Empréstimos:		
Utilizado	150.117	158.418
Financiamentos:		
Utilizado	-	58.136

j) Garantias obtidas

	Consolidado
	30/09/19
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	8.521

Notas Explicativas

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$223 (R\$1.503 em 30 de setembro de 2018).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30/09/19		30/09/19	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	177	177	16.970	16.970
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	27.704	27.704
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	463.850	465.381
Fornecedores	338	338	79.214	79.214
Credores da recuperação judicial	9.989	9.989	550.931	550.931
Arrendamento mercantil -				
locação de lojas	-	-	4.943	4.943
Partes relacionadas - contrato de mútuo	6.066	6.066	-	-
Outras obrigações	-	-	919	919

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Notas Explicativas

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2019:

	Controladora			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>177</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>177</u>
	Consolidado			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>16.970</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.970</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A comercialização é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/19</u>	<u>30/09/18</u>	<u>30/09/19</u>	<u>30/09/18</u>
Despesas operacionais	<u>(1.521)</u>	<u>(2.173)</u>	<u>(1.521)</u>	<u>(2.173)</u>
Prejuízo líquido antes do IR	<u>(1.521)</u>	<u>(2.173)</u>	<u>(1.521)</u>	<u>(2.173)</u>
IR diferido	<u>(91)</u>	<u>(67)</u>	<u>(91)</u>	<u>(67)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(1.612)</u>	<u>(2.240)</u>	<u>(1.612)</u>	<u>(2.240)</u>

Notas Explicativas

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$1.612 (R\$2.240 em 30 de setembro de 2018) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/19</u>	<u>30/09/18</u>	<u>30/09/19</u>	<u>30/09/18</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(1.426)	(4.080)	(1.426)	(4.080)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>179</u>	<u>(116)</u>	<u>179</u>	<u>(116)</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>(1.247)</u>	<u>(4.196)</u>	<u>(1.247)</u>	<u>(4.196)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>30/09/19</u>	<u>31/12/18</u>
Lucros cessantes	150.000	150.000
Incêndio - importância máxima	144.927	204.013
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	100.000	100.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Transporte internacional	300	3.708
Execução fiscal	70.853	70.853

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do País no campo econômico, com repercussão significativa nas operações do Varejo, e responde, em boa parte, pelo pedido de recuperação judicial.

A Companhia adotou várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação composto de um conjunto de ações com foco nas frentes de *Omnichannel*, *Customer Centricity*, Transformação Digital e Eficiência Operacional, conquistando no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, Telefonia e no segmento de Volta as Aulas. Além de referido Projeto, também foram tomadas providências emergenciais, que resultaram, no início de novembro de 2018, na construção de um plano de reestruturação, visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

Notas Explicativas

As principais ações do plano de reestruturação resultaram: i) no encerramento de 22 lojas com baixa perspectiva de geração de valor; ii) na descontinuação de produtos com menor rentabilidade e maior demanda por capital de giro e responsável pela acumulação sistemática de créditos tributários, retornando o foco para o mercado livreiro, que representa a essência do Varejo; iii) na adequação da estrutura de custos e despesas por meio da implementação do Orçamento Base Zero – OBZ, definido pelo mínimo necessário de funções e colaboradores para manter a operação, sem causar impactos negativos nos resultados e no atendimento ao cliente; e iv) em uma abrangente revisão e otimização da malha logística alinhando o sistema de abastecimento ao novo mix de produtos.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento, as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários, a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito, entre outros eventos relevantes para a operação, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Por essa razão, em 23 de novembro de 2018, a Companhia apresentou pedido de recuperação judicial, como forma de viabilizar a superação da crise financeira e preservar a manutenção da fonte produtora e a continuidade do negócio. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019.

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Administração intensificou as negociações com seus principais credores visando estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do PRJ, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios durante e após o período que antecede a aprovação do PRJ e que já apresentaram resultados positivos.

A Administração mobilizou todos os esforços para efetivar os ajustes possíveis e necessários para garantir a continuidade operacional. O PRJ foi homologado em 4 de setembro de 2019, com mais de 80% de aprovação dos fornecedores na Assembleia Geral de Credores, realizada em 29 de agosto de 2019. O PRJ aprovado estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como: a reestruturação do passivo; a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional; e alterações na estrutura de Governança Corporativa por meio da contratação de consultoria especializada em recrutamento e seleção para indicação de Diretor-Presidente e membros do Conselho de Administração, que serão eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas convocada para esse fim a ser realizada em 11 de dezembro de 2019. O Conselho de Administração eleito, será responsável pela escolha do Diretor-Presidente.

A Companhia contratou a Korn Ferry, consultoria global com sede em Los Angeles para a seleção do Diretor-Presidente e dos membros para o Conselho de Administração, que, nos termos previstos no PRJ, foram submetidos à apreciação dos credores em Reunião de Credores realizada em 11 de novembro de 2019.

Notas Explicativas

Para o pagamento dos credores, o PRJ, define 4 (quatro) classes de credores: i) Classe I – Credores Trabalhistas; ii) Classe II – Credores com garantia Real; iii) Classe III – Credores Quirografários; e iv) Classe IV – Credores ME e EPP. Além da definição das Classes, nos termos definidos no PRJ, os credores são qualificados em Credores Estratégicos Financiadores; Credores Estratégicos Locadores I e II; Credores Fornecedores Estratégicos; e Credores Fornecedores Incentivadores.

O montante da dívida consolidada está composto como segue:

<u>Classes</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Classe I	3.557	1.084	4.641
Classe II	3.216	128.829	132.045
Classe III	4.674	88.615	93.289
Classe IV	576	4.413	4.989
Subclasse Fornecedores Incentivadores	54.743	75.255	129.998
Subclasse Fornecedores Estratégicos	529	18.203	18.732
Subclasse Fornecedores Locadores	6.885	-	6.885
Total	74.180	316.399	390.579

Os valores estão líquidos de ajuste a valor presente – AVP no montante de R\$292.399 (5.533 na Controladora e 286.866 no Varejo), cujo efeito tributário é de R\$99.415.

O montante de R\$132.045 referente a classe II, está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Salvo condições e disposições específicas definidas no PRJ para cada classe ou qualificação de credores, as principais condições gerais de pagamento previstas são as seguintes:

- i) A todos os credores das Classes III e IV será realizado o pagamento de R\$10 até o último dia útil do mês subsequente ao mês de homologação do PRJ;
- ii) Todos os créditos parcelados serão corrigidos pela variação da Taxa referencial, calculada nos termos e condições previstos no PRJ para cada forma e prazo de pagamento;
- ii) Amortizações extraordinárias: a) “Cash Sweep”, correspondente ao pagamento aos Credores Quirografários, Credores Fornecedores Estratégicos e Credores Fornecedores Incentivadores, do excedente de caixa superior aquele previsto nas projeções apresentadas no Laudo de Viabilidade, até o limite de 50% do excedente, a partir do 2º (segundo) ano até o 15º (décimo quinto) ano a contar da data de homologação do plano; e b) Geração de Caixa Pré-pagamento a Credores, correspondente ao pagamento aos Credores Estratégicos Locadores II, Credores Quirografários, Credores ME e EPP e Credores Fornecedores Estratégicos, equivalente a variação positiva nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa apurada após o pagamento de todas as obrigações operacionais, de investimentos, financeiras e de financiamentos, tributárias e societárias, exceto relacionada a remuneração de qualquer natureza aos acionistas, a partir do 15º (décimo quinto)

Notas Explicativas

ano a contar da homologação do PRJ até a quitação dos créditos, nos termos previstos no PRJ;

iii) Classe I: a) pagamento até 30 dias contados da homologação do PRJ, dos créditos de natureza estritamente salarial até o limite de 5(cinco) salários mínimos por credor; b) pagamento em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas a contar do mês seguinte ao da homologação do PRJ, do montante de até R\$160, já descontados os valores descritos no item a); e pagamento do saldo remanescente, caso houver, sendo: 5% do saldo remanescente em 14 (quatorze) em parcelas iguais e sucessivas a partir do 13º mês subsequente ao da homologação do PRJ; e 95% (noventa e cinco) a partir do trimestre imediatamente seguinte ao término do pagamento previsto para os 5%, observado os demais termos e condições previstos no PRJ;

iv) Classe II: a) pagamento de encargos e correção monetária em parcelas mensais iguais e consecutivas a partir do último dia útil do mês subsequente ao da homologação do PRJ até o 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ, a partir de quando serão pagos juntamente com o principal da dívida; e b) pagamento do principal em 120 parcelas iguais e sucessivas a partir do 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ, de acordo com demais disposições previstas no PRJ;

v) Classes III e IV: observadas as disposições e condições específicas previstas no PRJ para as qualificações de credores, o montante de 5% da dívida será pago no prazo de 14 (quatorze) anos em parcelas iguais, mensais e consecutivas a partir do último dia útil do mês subsequente ao da homologação do PRJ; e o montante de 95% da dívida, será pago trimestralmente a partir do trimestre imediatamente seguinte ao do término do pagamento previsto para os 5% da dívida;

vi) Condições especiais estabelecidas aos Credores Fornecedores Estratégicos e Credores Fornecedores Incentivadores: a) observadas as disposições e condições específicas previstas no PRJ, para esses credores, o montante de 60% da dívida será pago no prazo de até 15 (quinze) anos em parcelas mensais e consecutivas a partir do último dia útil do 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ; e o montante de 40% restante, será pago trimestralmente a partir do trimestre imediatamente seguinte ao do término do pagamento previsto para os 60% da dívida. Sem prejuízo dos pagamentos, assim definidos, os Credores Fornecedores Incentivadores, que dessa forma optarem nos termos estabelecidas no PRJ farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição, equivalente ao montante de seu crédito, que conferirá aos seus titulares o direito a aquisição de determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia de acordo com condições estipuladas no PRJ e resguardados os direitos de preferência dos acionistas, exceto controladores que renunciaram expressamente tal direito, para subscrição dos Bônus. Todos os recursos recebidos pela Companhia, originados da subscrição dos Bônus, sejam credores ou acionistas, serão destinados integral e prioritariamente, de acordo com condições e nos termos do PRJ, ao pagamento dos créditos detidos pelos Credores Fornecedores Incentivadores.

A íntegra do PRJ aprovado, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da

Notas Explicativas

Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

. Em 28 de outubro de 2019, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o pagamento dos dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$5.817, será realizado nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019 será realizado. O saldo remanescente, no montante de R\$11.634, estabelecido no cronograma de distribuição divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 2 de agosto de 2017, que permaneceu em aberto em decorrência da situação econômica-financeira da Companhia, conforme Fato Relevante publicado em 28 de março de 2019, será reclassificado para reserva especial, onde poderá absorver prejuízos acumulados do exercício corrente, nos termos previstos na Lei 6.404/76.

Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

Em Reunião do Conselho de Administração, assistida pelo Conselho Fiscal, realizada em 3 de novembro de 2019 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia, assim como, a emissão de bônus de subscrição, ambos dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Estatuto da Companhia e conforme Aviso aos Acionistas, arquivado na CVM na mesma data, como segue:

i) Aumento do capital social: emissão de no mínimo 2.001.351 novas ações (720.459 ações ordinárias e 1.280.892 ações preferenciais), no valor total mínimo de R\$2.901 e, no máximo, de 25.122.069 novas ações (9.043.603 ações ordinárias e 16.078.466 ações preferenciais), no valor total máximo de R\$36.427, admitida a subscrição parcial. O aumento de capital se insere no contexto do PRJ, observando integralmente as diretrizes fixadas em todos os seus termos. A totalidade do preço de emissão será destinada ao capital social da Companhia, não sendo destinada nenhuma parcela para a formação da reserva de capital da Companhia. O direito de preferência dos acionistas poderá ser exercido a partir do dia 11 de novembro, inclusive, até o dia 10 de dezembro de 2019, inclusive.

ii) Capitalização do AFAC: independentemente de aprovação dos limites mínimo ou máximo, o acionista controlador Sr. Jorge Eduardo Saraiva, em cumprimento ao PRJ, utilizará o seu AFAC, no montante de R\$10.000 para integralizar as ações que subscrever.

iii) Emissão do Bônus de Subscrição: deliberada a emissão de 2.068.966 de bônus, todos nominativos e escriturais. A subscrição será particular e com o objetivo de reduzir o endividamento da Companhia, nos termos previstos no PRJ. Aos acionistas titulares de ações da Companhia em 8 de novembro de 2019, será assegurado o direito de preferência, cujo exercício poderá se dar entre 11 de novembro, inclusive e 10 de dezembro de 2019, inclusive.

Em Reunião de Credores, realizada em 11 de novembro de 2019, foram vetados 3 nomes dos 10 nomes apresentados pela consultoria Korn Ferry, nos termos estabelecidos no PRJ.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações trimestrais

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Saraiva Livreiros

S.A. – Em Recuperação Judicial. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela comissão de valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 – Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Mensuração dos créditos oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos PIS e da Cofins

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia obteve em três ações trânsito em julgado em dezembro de 2018 (sendo que fomos informados de que a Administração foi comunicada pelos assessores legais apenas no período corrente), agosto e setembro de 2019, cujas ações judiciais favoráveis permitem a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos a partir de 2001. Até a data de emissão destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia não havia concluído a análise do montante de créditos a serem reconhecidos decorrente das citadas decisões judiciais favoráveis, assim como os possíveis impactos tributários, se houver, sobre o ganho apurado e respectiva análise de recuperabilidade (“impairment”) do citado crédito tributário. Caso a Companhia tivesse concluído a análise destes créditos tributários, certos elementos das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas poderiam ser afetadas de forma relevante, incluindo certas divulgações.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e plano de recuperação judicial

Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 1 e 31 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia, em conjunto com sua controlada, protocolou pedido de recuperação judicial em 23 de novembro de 2018, o qual foi deferido em 26 de novembro de 2018. Com o deferimento, a Companhia e sua controlada apresentaram originalmente o plano de recuperação judicial em 04 de fevereiro de 2019, no qual foi discutido com os credores e alterado para o plano final que foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005 em 29 de agosto de 2019 e homologado em 04 de setembro de 2019.

A Companhia apresentou em seu plano de recuperação judicial os meios de recuperação a serem empregados e a respectiva viabilidade econômica deste plano por meio do laudo econômico-financeiro apresentado em anexo ao plano aprovado. Este plano de recuperação leva em consideração entre outros aspectos redução significativa das despesas operacionais e a substituição do Diretor Presidente e membros do Conselho de Administração.

A continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento do plano de viabilidade econômico-financeira projetada e as demais exigências definidas no respectivo plano de recuperação judicial. Nossa conclusão não contém ressalva sobre este assunto.

Ênfase

Reconhecimento dos efeitos decorrentes da aprovação do plano de recuperação judicial

Conforme descrito, na nota explicativa 31, o plano de recuperação judicial foi aprovado por todas as classes de credores em 29 de agosto de 2019, o mesmo estabelece o cronograma de pagamento dos respectivos credores. Conforme requerido no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia registrou no trimestre findo em 30 de setembro de 2019, o efeito do ajuste a valor presente considerando o cronograma de pagamento estabelecido no respectivo plano, sendo reconhecido no resultado do trimestre o ajuste a valor presente de R\$ 5.532 mil, cujo o efeito tributário foi de R\$ 1.881 mil no individual e R\$ 292.397 mil, cujo o efeito tributário foi de R\$ 99.415 mil no consolidado.

Adicionalmente, no plano de recuperação judicial aprovado, foi estabelecido que a sub-classe de “credores fornecedores incentivadores”, poderão converter parte de seus créditos, limitados ao valor total de R\$ 50 milhões, em bônus de subscrição para conversão em ações da Companhia em até 3 (três) anos a partir da emissão dos respectivos bônus de subscrição. O reconhecimento do efeito deste assunto dependerá do exercício ou não da opção de subscrição pelos respectivos credores, desta forma, nenhum ajuste decorrente deste assunto foi efetuado até a presente data. Nossa opinião não contém ressalva sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2019

Rafael Dominguez Barros

CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

São Paulo, 13 de novembro de 2019

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

São Paulo, 13 de novembro de 2019

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Parecer dos auditores ao transmitir cortou o conteúdo